

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL NO PARANÁ/PR

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 9004/2025

OBJETO: Contratação de serviços contínuos de vigilância patrimonial ostensiva armada a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender às necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná.

ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.567.552/0001-57, com sede na Rua Dona Leopoldina, n. 38, Centro, Joinville/SC, CEP: 89.201-095, vem, por sua representante legal adiante assinada, respeitosamente, apresentar **IMPUGNAÇÃO** contra o edital do pregão eletrônico n. 9004/2025, com fulcro no art. 165 da Lei n. 14.133/21 c/c item 12 do edital, por entender que há impropriedades nas cláusulas do ato convocatório e seus anexos, prejudicial aos interessados e a própria **DA POLÍCIA FEDERAL NO PARANÁ/PR**.

Outrossim, requer o conhecimento e a procedência da presente impugnação.

1) ESCLARECIMENTOS PRÉVIOS

De início, cumpre salientar que, ao formular a presente impugnação, não tem a impugnante a menor intenção de manifestar crítica ou despreço pelo agente público e sua equipe de apoio cuja qualificação técnica e competência profissional são por demais conhecidas.

Entretanto, alguns pontos do edital, se mantidos, podem acarretar sérios prejuízos para a administração pública, correndo-se o risco de anulação de todo o procedimento licitatório.

É sob esse prisma que a impugnante vem discorrer sobre os pontos que podem acarretar a nulidade do certame, em prejuízo ao erário e ao contribuinte federal, merecedor de toda estima e consideração.

Assim, com todo respeito e acatamento, comparece a impugnante perante esta administração pública no intuito de ver expurgado do ato convocatório qualquer resquício de ilegalidade, com vistas à manutenção do interesse público.

2) DA TEMPESTIVIDADE E DA NECESSÁRIA ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO

A presente impugnação é tempestiva, uma vez que apresentada até 3 (três) dias úteis anteriores a data fixada para recebimento das propostas que está agendada para 10 de dezembro de 2025.

No que diz respeito à forma, o edital determina que a impugnação seja protocolada por correspondência eletrônica direcionada ao seguinte e-mail: cpl.selog.srpr@pf.gov.br.

Dessarte, tempestiva a impugnação e apresentada nos termos do que exige o edital, requer-se pelo seu recebimento.

3) SÍNTESE DOS FATOS

A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO PARANÁ

instaurou licitação na modalidade pregão eletrônico n. 9004/2025 para contratação de serviços contínuos de vigilância patrimonial ostensiva armada a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender às necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná, conforme quadro descritivo abaixo:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UN. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UN.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL (24 MESES)
1	1	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas DIURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados – Local: CURITIBA/PR	23647	Posto	6	R\$ 18.225,88	R\$ 109.355,28	R\$ 2.624.526,72
	2	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados – Local: CURITIBA/PR	23957	Posto	6	R\$ 19.981,98	R\$ 119.891,88	R\$ 2.877.405,12
	3	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas DIURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados – Local: LONDRINA/PR	23647	Posto	2	R\$ 18.307,14	R\$ 36.614,28	R\$ 878.742,72
	4	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados – Local: LONDRINA/PR	23957	Posto	3	R\$ 20.073,24	R\$ 60.219,72	R\$ 1.445.273,28
	5		23647	Posto	1		R\$ 18.257,44	

	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas DIURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados – Local: MARINGÁ/PR				R\$ 18.257,44	R\$ 438.178,56
6	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados – Local: MARINGÁ/PR	23957	Posto	2	R\$ 20.023,54	R\$ 961.129,92
7	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas DIURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados – Local: PARANAGUÁ/PR	23647	Posto	2	R\$ 18.421,66	R\$ 884.239,68
8	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados – Local: PARANAGUÁ/PR	23957	Posto	3	R\$ 20.228,94	R\$ 1.456.483,68
9	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas DIURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados – Local: PONTA GROSSA/PR	23647	Posto	1	R\$ 18.239,38	R\$ 437.745,12
10	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados – Local: PONTA GROSSA/PR	23957	Posto	1	R\$ 20.005,48	R\$ 480.131,52
11	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas DIURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados – Local: GUARAPUAVA/PR	23647	Posto	1	R\$ 18.803,48	R\$ 451.283,52
12	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados – Local: GUARAPUAVA/PR	23957	Posto	1	R\$ 20.610,78	R\$ 494.658,72
	VALORES MÁXIMOS			29	R\$ 559.574,94	R\$ 13.429.798,56

Todavia, diversas foram as impropriedades encontradas no ato convocatório e seus anexos que merecem reforma sob pena de grave comprometimento do certame, conforme será demonstrado a seguir.

Passamos à competente impugnação.

4) PRELIMINAR DE MÉRITO

Edital em formato não pesquisável

Inicialmente, cumpre destacar a irregularidade decorrente da disponibilização de edital em formato não pesquisável, prática que afronta os princípios da publicidade, da transparência e da eficiência que regem a Administração Pública.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo já deliberou sobre a matéria:

CAUTELAR EM PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO. PREGÃO. REGISTRO DE PREÇOS. GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. AGLUTINAÇÃO DE PRODUTOS IN NATURA COM PRODUTOS PROCESSADOS E REFRIGERADOS EM MESMO LOTE. RESTRITIVA. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 40, INCISO V, ALÍNEA "B" E § 2º, INCISO III DA LEI Nº 14.133/21. PRAZO DE ENTREGA DE 48 HORAS. EXÍGUO. **TERMO DE REFERÊNCIA EM FORMATO NÃO PESQUISÁVEL. IRREGULAR.** CORREÇÕES DETERMINADAS. PROCEDÊNCIA (TCE/SP - TCs 009372.989.25-1 e 009416.989.25-9).

[grifos nosso]

Evidentemente o Tribunal de Contas da União não destoa:

A inserção, no Portal de Compras do Governo Federal, **de documento de licitação em formato não editável, que não permite a pesquisa de conteúdo nos arquivos, infringe, além do princípio da transparência, a regra estabelecida no art. 8º, § 3º, inciso III, da Lei 12.527/2011** (Lei de Acesso à Informação) (Acórdão 328/2023 – Plenário)

A inserção de documentos de licitação no portal Comprasnet em formato que não permita a busca automatizada de conteúdo no arquivo contraria o art. 8º, § 3º, inciso III, da Lei 12.527/2011 (LAI) (Acórdão 934/2021 – Plenário)

A utilização de arquivos PDF não editáveis dificulta a busca de

informações no documento, em prejuízo ao princípio da transparência e contraria o disposto no art. 8º, § 3º, inciso III, da Lei 12.527/2011, o qual prevê que as informações disponibilizadas nos sítios oficiais deverão atender ao requisito de 'possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina'. 289. Isso posto, em relação a essa questão, **deve-se propor, quando do mérito destes autos, que seja dada ciência ao Comando da 12ª Região Militar que a inserção de documentos das licitações no portal Comprasnet em formato não editável, que não permita a busca de conteúdo no arquivo, conforme se verificou no PE SRP 4/2020, infringe a regra estabelecida no art. 8º, § 3º, inciso III, da Lei 12.527/2011** (ACÓRDÃO Nº 934/2021 – TCU – Plenário).

[grifos nosso]

Diante de todo o exposto, resta evidente que a disponibilização do edital em formato não pesquisável configura vício que compromete a transparência e a publicidade do certame, em afronta direta ao art. 8º, § 3º, III, da Lei de Acesso à Informação, bem como à jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas.

Assim, impõe-se o reconhecimento da irregularidade e a consequente disponibilização do edital em formato acessível e pesquisável, garantindo a plena observância dos princípios que regem a atividade administrativa e a regularidade do procedimento licitatório.

5) MÉRITO

5.1) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Falta de exigência de documentos indispensáveis para comprovação da boa capacidade financeira das empresas

a)Afronta à Instrução Normativa n. 5/2017

Analisando o edital, verifica-se a completa flexibilização dos termos do ato convocatório em relação à comprovação da qualificação econômico-financeira das empresas, notadamente porque o órgão licitante deixa de exigir capital circulante líquido previsto na Instrução Normativa n. 5/2017 destinada às contratações no âmbito da Administração Pública Federal, *in verbis*:

11. Das condições de habilitação econômico-financeira:

11.1. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:

(...)

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

[grifos nosso]

Nesta senda, não se pode olvidar que a exigência de documentos contábeis na fase de habilitação do pregão tem por finalidade propiciar que a administração pública examine a situação econômico-financeira da empresa licitante antes de efetivar a contratação para cercar-se de garantias para a boa e fiel execução contratual.

De igual forma, não se pode admitir que uma licitação com valor estimado acima de treze milhões de reais seja processada sem a verificação de todos os documentos/informações indispensáveis para análise da situação econômico-financeira da empresa declarada vencedora do certame.

Nesta senda, não pode a Administração afastar ou flexibilizar as exigências previstas na Instrução Normativa, sob pena de comprometer o interesse público e admitir a contratação de empresa sem a necessária saúde financeira para adimplir integralmente as obrigações contratuais.

A forma como se encontra a redação do ato convocatório evidentemente resultará numa contratação de empresas aventureiras sem segurança alguma para o órgão licitante.

Veja, douta administração, que o edital descumpre taxativamente o que exigido na instrução normativa, razão pela qual merece reforma.

b) GARANTIA DA PROPOSTA

Afronta ao art. 58 da Lei n. 14.133/21

Sabido é que a Lei n. 14.133/23 admite que se exija a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta como requisito de pré-habilitação, nos termos do art. 58, *in verbis*:

Art. 58. Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

§ 1º A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

§ 2º A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

§ 3º Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

§ 4º A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o [§ 1º do art. 96 desta Lei](#).

[grifos nosso]

Considerando a vultosidade da contratação, estimada acima de treze milhões de reais, imperiosa a inclusão de garantia da proposta no edital em questão.

O objetivo de se exigir a garantia da proposta é salvaguardar a administração que o licitante proponente possuirá lastro econômico-financeiro para honrar o valor proposto.

Dessa forma, a garantia da proposta cumulada com os documentos relativos à qualificação econômico-financeira, assegura o cumprimento contratual na sua integralidade, selecionando empresas financeiramente saudáveis e capazes de assumir um contrato dessa monta!

5.2) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Afronta ao art. 67 da Lei n. 14.133/21

a) Registro da empresa e do responsável técnico no Conselho de Classe

Outra exigência que foi completamente ignorada pelo órgão licitante, é a exigência relativa ao registro da empresa licitante no Conselho de Classe competente prevista no inciso V do art. 67 da Lei n. 14.133/21.

Especificamente sobre os serviços terceirizados, os eminentes ministros do Tribunal de Contas da União, no Acórdão n. 1/97 – Plenário, se manifestaram no sentido de se exigir o registro das empresas nos Conselhos Regionais de Administração:

(...) **julgar obrigatório o registro das empresas prestadoras de serviços terceirizados** (limpeza e conservação, segurança e vigilância, copeiragem e outros), cuja execução requer o fornecimento de mão de obra, **nos Conselhos Regionais de Administração, por ficar caracterizadas atividades típicas do profissional Administrador**, tais como: recrutamento, seleção, admissão, treinamento, desenvolvimento, movimentação e supervisão de recursos humanos.

[grifos nosso]

Tal entendimento se coaduna com diversas outras decisões emanadas pelo Tribunal de Contas da União, conforme se depreende da seguinte decisão Plenária, *in verbis*:

Acórdão nº 2783/2003 – Primeira Câmara, oportunidade na qual ficou assentado que **seria “notório que empresas de conservação e limpeza devem ter lastro na área do conhecimento sobre Administração, haja vista as atividades de gerenciamento e execução de atividades laborais, o que justifica sem maiores problemas tal exigência do registro no CRA”** (Relator: Ministro Marcos Vinícios Vilaça. Sessão em 11/11/2003)

[grifos nosso]

Evidente que nas contratações públicas que envolvam recrutamento e gestão de pessoas é imperioso o *know how* da empresa licitante, possuindo responsável técnico apto para administrar o contingente terceirizado, de modo a mitigar a responsabilidade subsidiária do ente público no caso de inexecução contratual.

Mais uma vez se manifestou o Tribunal de Contas da União na Decisão 1140/2002 – Plenário; Valmir Campelo. DC-1140-32/02:

Auditoria. Universidade Federal de Santa Maria RS. Pessoal, licitação, contrato, convênio e receita própria. Improriedades na seleção de pessoal. Atraso na entrega de declaração de bens e rendas. Improriedades em cessão e requisição de pessoal. Pagamento de auxílio-alimentação a servidores afastados para curso. Pagamento de adicionais de periculosidade e de insalubridade com base em laudos desatualizados. Pagamento irregular de antecipação salarial. Incorporação de horas extras. Pagamento irregular de gratificações. Subcontratação. Prorrogação de contrato. Convite com menos de três propostas. Determinação. Recomendação. Juntada às contas. - Antecipação salarial decorrente de plano econômico. Horas extras incorporadas. Subcontratação. Repetição de convite. Considerações sobre as matérias.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante o exposto pelo Relator, decidem:

8.1.22 - não exigência de documentação, para habilitação de licitante, não prevista nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/93, tipo Certidão Negativa de Débito Salarial e Prova de Registro junto aos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina

do Trabalho (Proc. 23081.000099/2001-81), **bem como passe a exigir, na contratação de serviços terceirizados, a Prova de Inscrição no Conselho Regional de Administração, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 30 da mesma Lei;**

[grifos nosso]

Com efeito, para a concessão do registro, o Conselho Regional de Administração solicita às empresas a entrega de diversos documentos com vistas a comprovar o desempenho dos seus serviços.

Além disso, conforme já exposto, a lei de regência das licitações é cristalina ao definir que a documentação habilitatória só será dispensada total ou parcialmente nas hipóteses previstas no art. 70, sendo, portanto, imprescindível a inclusão da exigência retromencionada no edital em questão.

Pelo exposto, indispensável a inclusão de exigência relativa ao registro da empresa e do respectivo responsável técnico no rol de documentos habilitatórios.

b) Capital social compatível com o número de empregados

Nos mesmos moldes do tópico antecedente e por força do art. 67, inciso IV, da Lei n. 14.133/21, *mutatis mutandis*, a Lei n. 6.019/74 dispõe, como um dos requisitos para o funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros, capital social compatível com o número de empregados, *in verbis*:

Art. 4º-B. São requisitos para o funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros:

(...)

III - capital social compatível com o número de empregados, observando-se os seguintes parâmetros: [\(Incluído pela Lei nº 13.429, de 2017\)](#)

a) empresas com até dez empregados - capital mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); [\(Incluído pela Lei nº 13.429, de 2017\)](#)

- b) empresas com mais de dez e até vinte empregados - capital mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); [\(Incluído pela Lei nº 13.429, de 2017\)](#)
- c) empresas com mais de vinte e até cinquenta empregados - capital mínimo de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais); [\(Incluído pela Lei nº 13.429, de 2017\)](#)
- d) empresas com mais de cinquenta e até cem empregados - capital mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); e [\(Incluído pela Lei nº 13.429, de 2017\)](#)
- e) empresas com mais de cem empregados - capital mínimo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). [\(Incluído pela Lei nº 13.429, de 2017\)](#)

Diante desse contexto normativo, evidencia-se que a exigência de capital social compatível com o número de empregados não constitui faculdade, mas verdadeiro requisito legal indispensável ao regular funcionamento das empresas prestadoras de serviços a terceiros.

Assim, a observância dos parâmetros previstos no art. 4º-B da Lei n. 6.019/74, em harmonia com o art. 67, IV, da Lei n. 14.133/21, revela-se medida necessária para assegurar a idoneidade da empresa licitante.

Impõe-se, portanto, que o edital estabeleça critérios objetivos e coerentes com a legislação de regência, de modo a garantir a segurança jurídica e a isonomia entre os concorrentes.

5.3) PLANILHA DE CUSTOS

Afronta ao art. 18, IV, da Lei 14.133/21

Embora o órgão licitante disponibilize a planilha de custos e formação de preços que deu origem ao preço estimado pela administração, não há exigência obrigatória de apresentação da planilha de composição de preços pelo licitante declarado vencedor, em completa ofensa ao § 5º do art. 56 da Lei n. 14.133/21, o qual

se aplica por analogia, que determina que o licitante vencedor elabore e apresente à administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento dos encargos sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora.

Não se pode olvidar que o item 4 do ANEXO VI-A da já citada IN n. 5/2017 determina que para cada tipo de Posto de Vigilância, deverá ser apresentado pelos proponentes o respectivo Preço Mensal do Posto, **calculado conforme a planilha de custos e formação de preços**, contida no Anexo VII-D da IN.

Ressalta-se que, em contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, a formação do preço deve refletir a composição detalhada dos custos diretos e indiretos relacionados à execução do objeto, incluindo não apenas os encargos trabalhistas e previdenciários, mas também insumos, materiais de consumo, equipamentos e custos administrativos.

Sobreleva frisar, ainda, que na terceirização dos serviços cumpre à administração observar as regras que tratam de questões trabalhistas do documento coletivo aplicado aos profissionais da categoria do serviço a ser contratado para fins de aceitação do licitante vencedor, uma vez que não pode a empresa concorrente apresentar preços em desconformidade com a convenção coletiva de trabalho que tem caráter normativo nas relações individuais de trabalho entre empregados e empregadores abrangidos pelas categorias econômicas e profissionais representadas pelos sindicatos acordantes, conforme preceitua o art. 611 da Consolidação das Leis do Trabalho¹.

Dessa forma, em contratos de prestação de serviços continuados com alocação de mão de obra do prestador, o principal item de custo é a remuneração dos empregados que serão alocados na execução da atividade, acrescido dos encargos sociais e trabalhistas que a legislação determina, o que engloba os custos dos benefícios

¹ REP 15/00419262, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

mensais e diários concedidos aos trabalhadores² que só podem ser apurados por meio de planilha de custos e formação de preços.

Conclui-se, portanto, que a planilha de custos e formação de preços é instrumento fundamental para aferição dos custos da mão de obra e análise de aceitabilidade/exequibilidade das propostas. Ademais, é instrumento indispensável para avaliação da repactuação prevista no § 6º do art. 135 da Lei n. 14.133/21.

Sendo assim, é imprescindível que os editais de licitação de terceirização de serviços exijam do licitante ganhador a apresentação de planilhas readequadas ao lance vencedor para que seja possível fazer uma análise minuciosa dos custos da mão de obra, tais quais, salário-base, adicionais, benefícios, entre outros.

Conforme exposto alhures, a análise da planilha de custos e formação de preços garante a isonomia do certame, tendo em vista que assegura que todas as empresas componham seus preços preservando os direitos trabalhistas, sem obtenção de vantagem competitiva indevida com a omissão de rubricas substanciais e evitando passivo trabalhista e responsabilidade subsidiária da administração pública.

Diante disso, o edital deve ser reformado para tornar explícita a obrigatoriedade prevista no item 6.23.5, eliminando qualquer margem interpretativa decorrente da expressão 'em sendo o caso', que pode indevidamente justificar a sua não apresentação.

5.4) DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

a) Permissão de participação de cooperativas

Analisando o ato convocatório, verifica-se que o órgão licitante não veda a participação de cooperativas, conforme se observa no item 2.7 do edital. Todavia, douda administração, a natureza das cooperativas de trabalho não se compatibiliza com a natureza dos serviços terceirizados de mão de obra com dedicação exclusiva.

² Ibidem.

Isso porque a principal característica de uma cooperativa de trabalho é a completa ausência de relação de emprego com os seus cooperados, e, por conseguinte, ausência de subordinação, o que, evidentemente, não existe entre a empresa terceirizada e seus empregados.

Este assunto já foi objeto da Ação Civil Pública n. 0108200.72.2002.5.10.0020 (n. antigo 01082-2002-020-10-00-0) que tramitou perante a 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.

Na referida ação civil pública, o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União firmaram Termo de Conciliação no qual restou pactuado que a União deveria se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços, por sua própria natureza, demandasse subordinação dos trabalhadores em relação ao particular contratado pela Administração.

O termo de conciliação fez referência expressa aos serviços terceirizados, elencando-os um a um, e reconheceu a inviabilidade de execução mediante cooperativas, já que os serviços terceirizados demandam taxativa subordinação jurídica e relação empregatícia regida pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Por evidente, o Tribunal de Contas sumulou esse entendimento na Súmula 281, *in verbis*:

É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de personalidade e habitualidade.

[grifos nosso]

Conforme dispõe Joel de Menezes Niehbur, "a cooperativa é caracterizada pela reunião das forças de trabalho e recursos dos cooperados, que **decidem com autonomia como executá-lo e como recebem e distribuem entre si os**

rendimentos do seus trabalhos". Nesse sentido, "**os cooperados não são empregados da cooperativa**, eles são os próprios sócios dela, que se organizam e que se beneficiam com os frutos dos seus trabalhos " (NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. 5 ed. Revisada e ampliada. Belo Horizonte: Fórum, 2022. p. 736-737).

Outrossim, a Lei n. 5.764/1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e estabelece nos seus art. 3º e 4º o seguinte:

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: [...]

Nota-se, Ilmo. administrador, diversas idiossincrasias nas sociedades com natureza jurídica de cooperativa, especialmente em relação ao fato de que quem executa os trabalhos são os próprios cooperados, não existindo as mesmas obrigações e encargos que existiriam entre uma empresa e seus empregados. Há completa ausência de subordinação, nobre administrador!

Por consequência lógica, nas planilhas de custos e formação de preços eventualmente confeccionadas pelas cooperativas, não existirão os encargos sociais atinentes aos trabalhadores que prestarão os serviços, o que reduzirá exponencialmente os seus custos, resultando em manifesta quebra de isonomia do certame.

Joel de Menezes Niehbur discorreu sobre as vantagens competitivas das cooperativas nas contratações públicas que ensejaram a ocorrência de diversas fraudes nas licitações:

Por força dessas vantagens, infelizmente, constata-se no mercado a existência de falsas cooperativas. Trata-se de empresas que se

constituem em fraude como se fossem cooperativas e, em vez de contratarem seus empregados de acordo com a legislação trabalhista, os fazem ingressar na cooperativa como se fossem cooperados. No entanto, eles não são verdadeiros cooperados, são empregados, que se sujeitam às ordens dos constituidores dessas falsas cooperativas. É comum que essas empresas se apresentem nas licitações como cooperativas e sejam contratadas pela Administração. Arregimentam mão de obra e prestam os serviços. Repita-se que são cooperativas falsas, meras intermediadoras de mão de obra. **É comum, também, que os falsos cooperados proponham ações trabalhistas contra as tais supostas cooperativas, pleiteando o reconhecimento da relação de emprego e o pagamento das verbas e encargos que lhe são devidos. Afora isso, pedem a condenação subsidiária da Administração Pública, com base na Súmula n. 331, do Tribunal Superior do Trabalho.** A Administração é, com frequência, condenada, o que lhe impinge prejuízo significativo, porque, além de pagar os valores contratados para a suposta cooperativa, ainda acaba arcando com verbas trabalhistas que não sabia serem devidas. Se soubesse, não contrataria as supostas cooperativas. Como não é fácil ou simples distinguir uma cooperativa legítima de uma cooperativa falsa, que atua em fraude, a Administração passou a evitar a contratação de cooperativas. Muitos editais passaram, pura e simplesmente, a proibir a participação de cooperativas, quaisquer que fossem.

[grifos nosso]

Veja, que o cerne da questão gira em torno da ausência de relação de emprego existente entre as cooperativas e os seus cooperados, o que, obviamente, não existe entre a empresa prestadora dos serviços terceirizados e seus empregados.

Oportuno registrar que o conceito de cooperativa de trabalho inserido na Lei n. 12.690/2012 por si só exclui a participação dessas cooperativas nas licitações para contratação de serviços terceirizados continuados: *“Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades*

laborativas ou profissionais com proveito comum, **autonomia e autogestão** para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho" (art. 2º). O art. 5º da mesma lei é assente neste sentido: "**A Cooperativa de Trabalho não pode ser utilizada para intermediação de mão de obra subordinada**".

Inegável, portanto, a existência de falsas cooperativas que, na verdade, são empresas que adotam ilegitimamente o regime jurídico de cooperativas, mesmo estabelecendo relação de subordinação com os trabalhadores atuantes na execução da atividade contratada, mas que figuram temporariamente como cooperados. Em razão disso, a justiça de trabalho já foi acionada por diversas vezes, situações em que até o órgão tomador dos serviços foi responsabilizado.

O Superior Tribunal de Justiça também já reconheceu a legitimidade no impedimento da participação de sociedades cooperativas em licitações de terceirização de mão de obra com dedicação exclusiva:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. **LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA. CLÁUSULA EDITALÍCIA QUE VEDA A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA. NECESSIDADE DE SUBORDINAÇÃO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. PRECEDENTES DO STJ.** AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. (STJ - AgInt no RMS: 42046 AC 2013/0105664-0, Data de Julgamento: 02/05/2022, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/05/2022)

[grifos nosso]

Vários editais de licitação para contratação de serviços terceirizados trazem essa vedação expressa na redação editalícia. Vejamos:

Pregão Eletrônico n. 253/2023

Prefeitura Municipal de Campinas

5.2. **Será vedada a participação de pessoas jurídicas:**

(...)

5.2.7. **Cooperativa de mão de obra**, em atendimento ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 438/2003, datado de 24 de setembro de 2003, firmado pelo Município de Campinas e pelo Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região nos Autos da Peça de Informação nº 15.493/2003-13, em que ficou estabelecido o que se segue:

5.2.7.1. "O Município de Campinas abster-se-á de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão de obra para prestação de serviços ligados às suas atividades fim ou meio quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados."

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0308/2023 – CECOT/BH

Caixa Econômica Federal

2.3 Não é admitida nesta licitação a participação de empresa(s):

(...)

2.3.3 **Organizada sob a forma de cooperativa**, tendo em vista que pela natureza do(s) serviço(s) existe a necessidade de subordinação jurídica entre o prestador de serviço e a contratada, bem como de personalidade e habitualidade, considerando, ainda, que, por definição, não existe vínculo de emprego entre as cooperativas e seus associados;

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/00408

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A

5.5. Não será admitida a participação de cooperativas na presente licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUÍPE

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL 007/2020

14.2. Não será admitida nesta licitação a participação de:

(...)

c) **Não poderão participar as sociedades regidas pela Lei 5.764/71,** em cumprimento ao quanto disposto na Lei 12.690/2012, pois pelo modo como serão executados os serviços ora licitados exigir-se-á a subordinação jurídica entre a mão de obra alocada e a pessoa jurídica CONTRATADA;

1. A vedação de pessoa jurídica constituída com base na Lei 5.764/71 encontra respaldo no acordo celebrado pelo Ministério Público Federal nos autos do processo nº 0108200-72.2002.5.10.0020 (antigo 01082-2002- 020-10-00- 0), que tramitou perante a 20ª vara do trabalho de Brasília/DF, assim como no acórdão nº 975/2005, da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, e Acórdãos nº 1812/2003 e 307/2004, do Plenário do Tribunal de Contas da União, que culminaram na súmula nº 281 desta Corte, e, ainda, no artigo 10, §2º da Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012.

[grifos nosso]

O próprio Tribunal de Justiça de Santa Catarina já se debruçou sobre a matéria:

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - EDITAL - PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS - VEDAÇÃO - PRINCÍPIO DA ISONOMIA - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO **Não padece de ilegalidade e muito menos afronta o princípio da isonomia cláusula de edital licitatório impeditiva da participação de cooperativa de mão-de-obra. Ao contrário, demonstrado "que a licitação visa à contratação de mão-de-obra para prestação de serviços não eventuais e em caráter de subordinação, a participação de cooperativas no certame implicaria violação à legislação trabalhista, a leis que regem a atividade cooperativa, e à própria Lei 8.666/93,** que diz ser vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar no edital condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame" (Ag n. 2003.01.00.023353-0/DF, Des. Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues). (TJSC, Apelação Cível em Mandado de

Segurança n. 2003.016292-5, de Joaçaba, rel. Luiz César Medeiros, Terceira Câmara de Direito Público, j. 15-08-2006).

[grifos nosso]

Chega a ser exaustivo, douda administração, mas não se pode admitir a participação de sociedades cooperativas no certame em questão sob pena de infringência do art. 5º da Lei n. 12.690/2012 e prejuízo manifesto à administração pública e aos supostos cooperados.

b) Permissão de participação de consórcios

Nos mesmos moldes do tópico antecedente, verifica-se que o edital não veda a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio. No entanto, a permissão de participação de consórcios é incompatível com o objeto do pregão, notadamente porque não se está diante um objeto complexo que requer o envolvimento de várias empresas para perfectibilizar a execução dos serviços.

Esse é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

(...) Essa análise deve ser feita de maneira cautelosa e, se ficar constatado que em razão da complexidade do objeto, sua extensão ou outras circunstâncias, a participação de consórcios é necessária, já que poucas empresas no mercado estão aptas a executá-lo isoladamente, deve a Administração admitir a participação, em homenagem ao princípio da competitividade (TC 078/2019-TCU).

[grifos nosso]

Veja, douda administração, que a participação de consórcios é necessária quando existem poucas empresas no mercado aptas a executar o objeto de forma isolada, o que não é o caso.

Há de existir, nobre administração, possibilidade de divisibilidade do objeto para que várias empresas unam esforços e atuações específicas para execução do objeto.

Sobre o tema, Marçal Justen Filho (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 12. ed., São Paulo: Dialética, p. 410) assevera que: “Admitir ou

negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto."

Dessa forma, não é vantajoso para o órgão licitante contratar empresas em regime de consórcio. Além disso, não se pode olvidar que a contratação de várias empresas resultará na responsabilidade solidária entre elas no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que trará riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o órgão público, caso uma das empresas, por exemplo, vir a ter os seus valores financeiros bloqueados pela justiça para fins de pagamento de dívidas.

Sendo assim, há justificativa de sobra para vedar a participação de empresas consorciadas conforme exige a Lei n. 14.133/21.

c) Microempresas

Denota-se do edital a possibilidade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte com a adoção dos benefícios previstos na Lei Complementar n. 123/06.

Todavia, o valor estimado no edital ultrapassa o limite de receita bruta anual estabelecido para as microempresas e empresas de pequeno porte beneficiadas pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar, o que impõe a reforma do edital para harmonização de suas disposições.

Com efeito, o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006) delimita, em seu art. 3º, as faixas de receita bruta anual para enquadramento das empresas, nos seguintes termos:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966

da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

III - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Não se pode olvidar, ainda, que “nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação os limites previstos em lei”, conforme dispõe o § 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, considerando que o valor anual estimado da contratação ultrapassa seis milhões de reais, mostra-se manifestamente inviável a manutenção de cláusulas editalícias que possibilitem ou sugiram a participação de microempresas e empresas de pequeno porte com o tratamento diferenciado previsto em lei.

Assim, impõe-se a necessária reforma do edital, a fim de eliminar inconsistências e garantir a observância dos princípios da legalidade, isonomia e vinculação ao instrumento convocatório.

5.5) PREÇO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO

a) Ausência de rubrica substancial

Fundo de formação profissional

Analisando as planilhas de custos e formação de preços, denota-se que o valor global estimado pela administração foi embasado na convenção coletiva registrada no M.T.E sob o número PR000353/2024.

Por sua vez, extrai-se do edital, que a empresa licitante deverá declarar que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho (itens 4.4.1 e 8.9).

No entanto, a planilha que deu origem ao valor estimado do órgão é omissa em relação ao fundo de formação profissional previsto na cláusula trigésima segunda do instrumento normativo.

Conforme exaustivamente narrado em tópicos antecedentes, na terceirização dos serviços cumpre à administração observar as regras que tratam de questões trabalhistas do documento coletivo aplicado aos profissionais da categoria do serviço a ser contratado, razão pela qual o edital merece ser reformado para incluir na planilha estimativa do órgão a rubrica omissa, bem como alterar o valor global proposto.

b) Inconsistências

Intrajornada x Férias

Nas planilhas estimativas, a Administração menciona, no item referente ao intervalo intrajornada, que, caso a empresa opte pelo seu pagamento, deverá fazê-lo conforme a cláusula 39ª da CCT. Ocorre que tal cláusula não trata de intrajornada, mas sim de férias.

Diante disso, evidencia-se a necessidade de correção do equívoco constante nas planilhas, a fim de evitar interpretações divergentes e garantir que os custos relacionados ao intervalo intrajornada sejam adequadamente considerados, em conformidade com a normativa aplicável e sem remissão indevida a cláusulas que tratam de matérias distintas.

5.6) UNIFORMES

Inconsistências

O edital, ao tratar dos itens referentes a uniformes, EPIs e equipamentos, deixou de exigir a placa balística, acessório imprescindível para a atividade de vigilância armada e previsto nas normas de segurança aplicáveis ao setor, tais quais as portarias n. 3.233/2012-DG/DPF/2012 e 18.045/2023.

A ausência dessa exigência compromete a adequada proteção dos vigilantes e pode resultar em descumprimento de obrigações legais e regulamentares que disciplinam o exercício da atividade.

Ainda com relação aos uniformes, o edital estabelece que deverão ser previamente aprovados pela administração. Contudo, com base nas portarias já referenciadas, os uniformes utilizados pelos vigilantes seguem padrão regulamentado e aprovado exclusivamente pela Polícia Federal, o que torna a previsão inserida no edital irregular.

Assim, não é possível à Administração impor alterações, modificações ou aprovações próprias, sob pena de contrariar o regramento federal e comprometer a conformidade da empresa perante o órgão fiscalizador.

Diante do exposto, impõe-se a imediata revisão do edital para adequá-lo às normas federais que regem a segurança privada, incluídas as portarias n. 3.233/2012-DG/DPF e 18.045/2023, de modo a inserir a obrigatoriedade da placa balística para vigilância armada e suprimir a indevida exigência de aprovação administrativa dos uniformes.

Tais ajustes são essenciais para assegurar a proteção dos vigilantes, a regularidade da contratação e a estrita observância do regramento da Polícia Federal, evitando-se vícios que possam comprometer a legalidade e a execução do serviço.

5.7) LEI N. 7.102/83

Revogação

O item 9.36 do termo de referência exige prova de atendimento aos requisitos essenciais para o funcionamento da empresa previstos no artigo 14 da lei n. 7.102, de 20 de junho de 1983.

Contudo, a lei referenciada pela administração foi revogada a pela Lei n. 14.697/2024, razão pela qual mais uma vez o edital merece reforma.

A manutenção de referência a dispositivo legal inexistente não apenas induz os licitantes a erro, como também compromete a regularidade do certame, uma vez que impõe obrigação baseada em ordenamento já superado.

O edital, por sua natureza vinculante, deve refletir com precisão o regime jurídico vigente, sob pena de violação aos princípios da legalidade e da segurança jurídica.

Diante disso, mostra-se imprescindível a correção do item 9.36 para atualização do fundamento legal exigido, de modo a assegurar a conformidade do edital com a legislação atualmente em vigor e garantir a lisura, a transparência e a validade do procedimento licitatório.

6) DO PEDIDO

Ante o exposto, requer-se o total acolhimento da presente impugnação, pelas razões acima arguidas, no sentido de determinar a republicação do edital, procedendo as retificações necessárias e consequente respeito ao art. 55, § 1º, da Lei n. 14.133/21 e ao art. 164, parágrafo único, da mesma lei.

Nesses termos, pede-se deferimento, bom-senso e legalidade.

Joinville/SC, 4 de dezembro de 2025.

ANA RAFAELA
SOARES DE
BORBA:06230907917

Assinado de forma digital por
ANA RAFAELA SOARES DE
BORBA:06230907917
Dados: 2025.12.04 14:15:28 -03'00'

Ana Rafaela Soares de Borba

OAB/SC 35.112



CERTIDÃO INTEIRO TEOR DIGITAL

DADOS DA EMPRESA	
Nome: ORBENK SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	
NIRE: 42205691590	
ARQUIVAMENTO SOLICITADO	
Número Arquivamento	Páginas
20258598158	9
TOTAL DE PÁGINAS	9
DADOS DE CONTROLE DA CERTIDÃO	
Código de controle: 148.695.216.432.02	
Emissão: 07/10/2025 10:33:54	

FLORIANOPOLIS, Terça-Feira, 7 de Outubro de 2025

**ASSINADA ELETRONICAMENTE POR
LUCIANO LEITE KOWALSKI
SECRETÁRIO-GERAL**



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=Hfx2qgF4qLzg-qTtC8LrCg&chave2=Ug8cwmSpH_-ckGj5CvUIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 75125684953-RONALDO BENKENDORF

ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA
CNPJ 14.576.552/0001-57 – NIRE 42205691590 - JOINVILLE –
SC 11ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA
REALIZADA EM 20/03/2025

ORBENK PARTICIPAÇÕES LTDA., pessoa jurídica brasileira de direito privado, com sede na cidade de Joinville – SC, à Rua Dona Leopoldina, 26, Sala A, Centro, CEP 89.201-095, inscrita no CNPJ nº 27.401.858/0001-14, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº 42207444590, em 16/10/2017, neste ato representada por seu administrador **RONALDO BENKENDORF**, abaixo qualificado; **RONALDO BENKENDORF**, brasileiro, natural de Joinville – SC, divorciado, empresário, residente e domiciliado à Rua Otto Boehm, nº152, ap. 1402, América, CEP 89201-700, Joinville – SC, RG nº 2.768.759 - SSP/SC e CPF nº 751.256.849-53, únicos sócios da Sociedade Empresária Limitada que gira sob a denominação social de **ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA**, CNPJ nº 14.576.552/0001-57, estabelecida à Rua Dona Leopoldina, nº 38, Centro, Joinville/SC, CEP 89.201-095, com contrato social registrado em 04/11/2011, resolvem de comum acordo alterar e consolidar o contrato social da seguinte forma:

1. Aprovam a alteração de objeto da filial, inscrita no CNPJ sob nº CNPJ 14.576.552/0004-08 e NIRE 42901424441, passando para: prestação de serviços de segurança e vigilância privada, englobando vigilância patrimonial, segurança patrimonial de instituições financeiras e de estabelecimentos públicos e privados, comerciais e residenciais, serviços de consultoria de segurança, assessoria de segurança, auditoria de segurança, gerenciamento e estudo de projeto de segurança.
2. Aprovam a integralização do capital social pela sócia **ORBENK PARTICIPAÇÕES LTDA**, de mais R\$ 2.230.000,00 (Dois milhões, duzentos e trinta mil reais), através de moeda corrente nacional, passando essa a possuir o total de R\$ 4.087.975,00 (Quatro milhões, oitenta e sete mil, novecentos e setenta e cinco reais), representado por 4.087.975 (Quatro milhões, oitenta e sete mil, novecentos e setenta e cinco) quotas, tudo subscrito e integralizado em moeda corrente nacional ou bens. Deste modo, o capital social passará de R\$ 1.858.000,00 (Um milhão, oitocentos e cinquenta e oito mil reais), para R\$ 4.088.000,00 (Quatro milhões, oitenta e oito mil reais), representado por 4.088.000 (Quatro milhões, oitenta e oito mil) quotas de capital no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada uma.
3. Aprovam a distribuição para fins fiscais do capital social total integralizado entre as filiais: Matriz registrada no CNPJ 14.576.552/0001-57 em R\$ 876.000,00 (Oitocentos e setenta e seis mil reais), Filial 01 registrada no CNPJ 14.576.552/0002-38 em R\$ 876.000,00 (Oitocentos e setenta e seis mil reais), Filial 02 registrada no CNPJ 14.576.552/0003-19 em R\$ 876.000,00 (Oitocentos e setenta e seis mil reais), Filial 03 registrada no CNPJ 14.576.552/0004-08 em R\$ 730.000,00 (Setecentos e trinta mil reais) e Filial 04 registrada no CNPJ 14.576.552/0005-80 em R\$ 730.000,00 (Setecentos e trinta mil reais).
4. Em razão destas alterações, fica modificado o caput da Cláusula 5ª, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula 5ª - O Capital Social é de R\$ 4.088.000,00 (Quatro milhões, oitenta e oito mil reais), representado por 4.088.000 (Quatro milhões, oitenta e oito mil) quotas, com valor



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/03/2025 Data dos Efeitos 21/03/2025

Arquivamento 20258598158 Protocolo 258598158 de 20/03/2025 NIRE 42205691590

Nome da empresa ORBENK SERVICOS DE SEGURANCA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 228046686401520

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2025 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

21/03/2025



nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional ou bens, ficando assim distribuído entre os sócios:

Sócios	Quotas	Valor (R\$)	%
Orbenk Participações Ltda	4.087.975	R\$ 4.087.975,00	99,99939%
Ronaldo Benkendorf	25	R\$ 25,00	0,00061%
Total	4.088.000	R\$ 4.088.000,00	100,00%

5. Em razão desta alteração, os sócios consolidam e reformulam o contrato social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA
CNPJ 14.576.552/0001-57 – NIRE 42205691590 – JOINVILLE –SC
CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

Cláusula 1ª – A Sociedade gira sob a denominação social de ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., com sede e foro na cidade de Joinville – SC, à Rua Dona Leopoldina, nº 38, Centro, Joinville/SC, CEP 89.201-095.

Cláusula 2ª – A Sociedade poderá, a critério e por deliberação da Diretoria, ou dos sócios que representem 75% do Capital Social, criar, instalar, manter ou extinguir agências, sucursais, filiais, escritórios ou departamentos em qualquer ponto do território nacional ou do exterior. A sociedade tem as seguintes filiais: **Filial 01:** na Cidade de Curitiba/PR, na Rua Chile, 1103 – Loja 1 – Andar Térreo, Bairro Prado Velho, CEP 80.215-184, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 41901757741 em 20/09/2018 e CNPJ 14.576.552/0002-38, com início das atividades na data de 02 de agosto de 2018 e valor de capital social integralizado e destacado para fins fiscais de R\$ 876.000,00 (Oitocentos e setenta e seis mil reais), cujo objeto é a prestação de serviços de segurança e vigilância privada, englobando vigilância patrimonial, segurança patrimonial de instituições financeiras e de estabelecimentos públicos e privados, comerciais e residenciais, serviços de consultoria de segurança, assessoria de segurança, auditoria de segurança, gerenciamento e estudo de projeto de segurança e serviços de segurança pessoal privada. **Filial 02:** na Cidade de Porto Alegre/RS, na Rua Tiradentes, nº 5, Bairro Independência, CEP 90.560-030, CNPJ 14.576.552/0003-19 e NIRE 43920019175, com início das atividades em 23/12/2020 e valor de capital social destacado para fins fiscais de R\$ 876.000,00 (Oitocentos e setenta e seis mil reais), cujo objeto é a prestação de serviços de segurança e vigilância privada, englobando vigilância patrimonial, segurança patrimonial de instituições financeiras e de estabelecimentos públicos e privados, comerciais e residenciais, serviços de consultoria de segurança, assessoria de segurança, auditoria de segurança, gerenciamento e estudo de projeto de segurança, e serviços de segurança pessoal. **Filial 03:** na cidade de Itajaí/SC, na Rua João Bauer, nº 498, Sala 706, Centro, CEP 88.301- 500, CNPJ 14.576.552/0004-08 e NIRE 42901424441, com início das atividades em 21/02/2024 e valor de capital social destacado para fins fiscais R\$ 730.000,00 (Setecentos e trinta mil reais), cujo objeto é a prestação de serviços de segurança e vigilância privada, englobando vigilância patrimonial, segurança patrimonial de instituições financeiras e de estabelecimentos públicos e privados, comerciais e residenciais, serviços de consultoria de segurança, assessoria de segurança, auditoria de segurança, gerenciamento e estudo de projeto de segurança. **Filial 04:** na cidade de São Paulo/SP, Rua Itapeti, nº 729, Vila Gomes Cardim, CEP 03.324-002, CNPJ 14.576.552/0005-80 e NIRE 35920321819, com início das atividades em 18/12/2024 e valor de capital destacado para fins fiscais de R\$ 730.000,00 (setecentos e trinta mil reais), cujo o objeto é a prestação de serviços de segurança e vigilância privada, englobando vigilância patrimonial, segurança patrimonial de instituições financeiras e de



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/03/2025 Data dos Efeitos 21/03/2025

Arquivamento 20258598158 Protocolo 258598158 de 20/03/2025 NIRE 42205691590

Nome da empresa ORBENK SERVICOS DE SEGURANCA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 228046686401520

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2025 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

21/03/2025

estabelecimentos públicos e privados, comerciais e residenciais, serviços de consultoria de segurança, assessoria de segurança, auditoria de segurança, gerenciamento e estudo de projeto de segurança.

Cláusula 3ª – A Sociedade tem por objeto social a prestação de serviços de segurança e vigilância privada, englobando vigilância patrimonial, segurança patrimonial de instituições financeiras e de estabelecimentos públicos e privados, comerciais e residenciais, serviços de consultoria de segurança, assessoria de segurança, auditoria de segurança, gerenciamento e estudo de projeto de segurança e serviços de segurança pessoal.

Parágrafo único – A responsabilidade técnica, quando exigida pela legislação, para qualquer atividade constante do objeto social ficará a cargo de profissional legalmente habilitado, sócio quotista ou não.

Cláusula 4ª – A Sociedade iniciou suas atividades em 01 de novembro de 2011 e seu prazo de duração é indeterminado

Cláusula 5ª - O Capital Social é de R\$ 4.088.000,00 (Quatro milhões, oitenta e oito mil reais), representado por 4.088.000 (Quatro milhões, oitenta e oito mil) quotas, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional ou bens, ficando assim distribuído entre os sócios:

Sócios	Quotas	Valor (R\$)	%
Orbenk Participações Ltda	4.087.975	R\$ 4.087.975,00	99,99939%
Ronaldo Benkendorf	25	R\$ 25,00	00,00061%
Total	4.088.000	R\$ 1.858.000,00	100,00%

Parágrafo 1º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Parágrafo 2º - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Parágrafo 3º - Cada quota é indivisível e dá direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo 4º - As quotas da Sociedade são impenhoráveis, não podendo ser liquidadas mediante requerimento de credores dos sócios, sendo nulas de pleno direito as transações que oneram as mesmas.

Cláusula 6ª – Os sócios são obrigados, na forma e prazo previstos, às contribuições estabelecidas no contrato social, e aquele que deixar de fazê-lo, nos trinta dias seguintes ao da notificação pela Sociedade, responderá perante esta pelo dano emergente da mora, devendo pagar-lhes os juros legais, a atualização monetária fixada pelos índices oficiais aplicáveis e a multa de 2% (dois por cento) sobre a importância não integralizada (art. 106, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76).

Parágrafo único – Poderá, ainda, verificada a mora, a maioria dos demais sócios preferir, à indenização, reduzir a participação do sócio remisso ao montante já realizado. O Capital Social sofrerá então a correspondente redução, salvo se os demais sócios suprirem o valor da quota.

Cláusula 7ª – O Capital Social poderá ser aumentado ou reduzido, segundo as necessidades da Sociedade, nos termos e na forma pela qual deliberarem os sócios em instrumento próprio.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/03/2025 Data dos Efeitos 21/03/2025

Arquivamento 20258598158 Protocolo 258598158 de 20/03/2025 NIRE 42205691590

Nome da empresa ORBENK SERVICOS DE SEGURANCA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 228046686401520

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2025 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

21/03/2025

Parágrafo 1º - O aumento do Capital Social mediante conferência de bens poderá se dar pelo valor contábil declarado, ou por valor constante em laudo de avaliação, a critério dos sócios.

Parágrafo 2º - Nos casos de aumento do capital, cada sócio quotista terá o direito de preferência para subscrever as quotas correspondentes ao aumento, na proporção daquelas por ele possuídas na ocasião. Se qualquer sócio deixar de exercer o direito de preferência aqui estabelecido, tal direito transferir-se-á automaticamente aos outros quotistas.

Cláusula 8ª – Os sócios podem ceder e transferir livremente, entre si, as quotas. Não podem, porém, ceder e transferir as suas quotas a terceiros, no todo ou em parte, sem antes oferecê-las a todos os demais sócios, que gozam do direito de preferência na sua aquisição, proporcionalmente às suas participações no Capital Social.

Parágrafo 1º - A oferta das quotas deve ser feita por carta dirigida à Diretoria da Sociedade, contendo quantidade, preço e condições de pagamento, a qual remeterá cópia a todos os quotistas, que poderão, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da citada carta-oferta pela Diretoria, adquirir as referidas quotas total ou parcialmente. Poderão ainda os quotistas, no mesmo prazo, apresentar ao alienante contraproposta, sendo ao mesmo facultado aceitar ou não. Caso mais de um sócio resolva adquirir tais quotas, elas serão rateadas proporcionalmente, conforme a participação de cada sócio no capital social.

Parágrafo 2º - Ainda que os sócios não adquiram a totalidade das quotas ofertadas, as mesmas somente poderão ser alienadas a terceiros, desde que no prazo máximo de 60 dias e nas mesmas condições anteriormente ofertadas, com a anuência expressa de sócios que representem a maioria do Capital Social.

Parágrafo 3º - Ficam dispensadas as formalidades e prazos desta cláusula se houver concordância expressa por escrito por parte de todos os demais sócios quanto à cessão ou transferência das quotas.

Cláusula 9ª – A Reunião Ordinária dos Quotistas será realizada anualmente, podendo ser dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar, ouvida a Diretoria, sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e, quando for o caso, reeleger ou designar novos administradores, fixar as respectivas remunerações e outras matérias de interesse da Sociedade. Reuniões Extraordinárias poderão ser realizadas sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo 1º - Dependem da deliberação dos sócios, as seguintes matérias: I – a aprovação das contas da administração; II – a designação dos administradores, quando feita em ato separado; III – a destituição dos administradores; IV – o modo de sua remuneração; V – a modificação do contrato social; VI – a incorporação, a fusão, a transformação e a dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação; VII – a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas; VIII – o pedido de recuperação judicial e extrajudicial.

Parágrafo 2º - Não será realizada Reunião de Quotistas quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria seu objeto.

Cláusula 10ª – A Reunião dos Quotistas terá quórum de instalação equivalente a sócios representantes da maioria do Capital Social, com poderes para decidir sobre todos os negócios sociais, bem como para tomar as resoluções que julgarem necessárias ou convenientes à proteção e desenvolvimento da Sociedade, sendo presidida e secretariada pelos sócios, terceiros e/ou administradores escolhidos pela maioria dos presentes.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/03/2025 Data dos Efeitos 21/03/2025

Arquivamento 20258598158 Protocolo 258598158 de 20/03/2025 NIRE 42205691590

Nome da empresa ORBENK SERVICOS DE SEGURANCA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 228046686401520

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2025 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

21/03/2025

Parágrafo único - Os quóruns de deliberação das Reuniões de Sócios serão os previstos na Lei, exceto para transformação da Sociedade, cujo quórum para aprovação será da maioria do Capital Social.

Cláusula 11ª – A Reunião dos Quotistas será convocada pela administração, mediante aviso transmitido por carta registrada com aviso de recebimento ou telegrama com antecedência mínima de 8 (oito) dias, contendo local, data e hora de realização, bem como a Ordem do Dia. O referido aviso poderá ser dispensado, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes dos dados que lhes seriam informados por meio da convocação.

Parágrafo 1º - o sócio pode ser representado na reunião por outro sócio ou por advogado, mediante procuração com poderes específicos, independentemente de modificação do Contrato Social, que deverá ser arquivada na sede da Sociedade.

Parágrafo 2º - Dos trabalhos e deliberações tomadas na Reunião dos Quotistas será lavrada, no Livro de Atas de Reuniões de Quotistas, ata assinada pelos membros da mesa e por sócios participantes da reunião, quantos bastem à validade das deliberações, mas sem prejuízo dos que queiram assiná-la, podendo, a critério dos sócios, ser arquivada no Registro Público de Empresas Mercantis cópia devidamente autenticada pelos administradores ou pela mesa.

Parágrafo 3º - Os livros sociais poderão assumir a forma de folhas digitadas, a serem posteriormente encadernados, hipótese em que cada livro terá no máximo 20 (vinte) folhas.

Cláusula 12ª – A Sociedade poderá designar administradores não sócios no próprio contrato social ou em Reunião de Quotistas convocada para este fim.

Parágrafo Único – A Sociedade será administrada pelo sócio **RONALDO BENKENDORF**, anteriormente qualificado, na qualidade de Diretor Presidente, ficando dispensado de prestar caução.

Cláusula 13ª – O Diretor terá amplos e gerais poderes de administração dos negócios sociais e para prática dos atos necessários ao regular funcionamento da Sociedade, representando-a em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo contratar, transigir, contrair obrigações, enfim, desempenhar todos os atos necessários para o cumprimento de suas atribuições, assinando isoladamente, ressalvados os atos previstos no Parágrafo 2º.

Parágrafo 1º - No limite de suas atribuições, o Diretor poderá constituir mandatários ou procuradores em nome da Sociedade para o substituir na prática dos atos de sua competência, especificando detalhadamente no instrumento de procuração os atos que poderão praticar e o prazo de duração, exceto mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado.

Parágrafo 2º - Somente com autorização expressa prévia de sócios representantes da maioria do capital social, o Diretor poderá: a) alienar, vender, doar, ceder, gratuita ou onerosamente, gravar, dar em garantia perante bancos para fins de empréstimos, e adquirir bens imóveis, participações societárias ou fundo de comércio, b) contratar com bancos e instituições de crédito, financiamentos e empréstimos em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por operação.

Parágrafo 3º - Para os efeitos legais determinados, o Diretor autorizado ao uso da denominação social assinará juntamente com a denominação.

Parágrafo 4º - No caso de falecimento, interdição ou incapacidade jurídica absoluta, temporária ou permanente de qualquer Diretor, esse será substituído através de indicação de sócios representando



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/03/2025 Data dos Efeitos 21/03/2025

Arquivamento 20258598158 Protocolo 258598158 de 20/03/2025 NIRE 42205691590

Nome da empresa ORBENK SERVICOS DE SEGURANCA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 228046686401520

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2025 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

21/03/2025

a maioria do Capital Social, em reunião de quotistas.

Cláusula 14ª – O Diretor receberá mensalmente, a título de pró-labore, a importância que for fixada, em Reunião dos Quotistas, por deliberação de sócios representantes da maioria do Capital Social.

Cláusula 15ª – É vedado ao Diretor, em nome da Sociedade, prestar aval, fiança ou oferecer garantias pessoais em favor de terceiros. Não se incluem na proibição os atos que forem praticados em benefício ou a favor da própria Sociedade, suas associadas, coligadas ou controladas.

Parágrafo único – O prazo de gestão da Diretoria é por tempo indeterminado, podendo ser destituída a qualquer tempo, conforme disposição do presente Contrato Social.

Cláusula 16ª – A Sociedade poderá, mediante deliberação de sócios representativa de mais da metade do Capital Social, efetuar a exclusão de qualquer sócio, mediante justa causa.

Parágrafo 1º - A deliberação de exclusão deverá ser tomada em Reunião de Quotistas convocada especialmente para tal fim, sendo facultada ao sócio acusado, nesta ocasião, a apresentação de defesa.

Parágrafo 2º - Entende-se como Justa Causa, além de outras hipóteses causadoras de prejuízo aos negócios sociais ou a affectio societatis, a violação de cláusula contratual, a concorrência desleal, o uso indevido da firma ou da denominação social, a recusa à prestação de serviços necessários ao desenvolvimento dos negócios sociais, a superveniência de incapacidade moral, a falência ou insolvência civil, e incompatibilidade com os demais sócios.

Parágrafo 3º - Existindo direitos e haveres, deverá ser aplicado ao sócio excluído as disposições previstas na cláusula 19ª.

Cláusula 17ª – A Sociedade não se dissolverá pela retirada, exclusão, interdição, falência, insolvência, impedimento ou ausência legal de qualquer dos quotistas, efetuando-se a apuração de seus haveres na forma do disposto na cláusula 19ª.

Cláusula 18ª – A Sociedade também não se dissolverá por falecimento de qualquer dos quotistas, caso em que os herdeiros ingressarão na Sociedade, respeitando a distribuição de quotas que vier a ser feita no inventário respectivo, salvo se no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da distribuição, optarem por dela se retirar obedecendo ao disposto na cláusula 8ª.

Parágrafo único – O ingresso dos herdeiros na Sociedade poderá ser vetado por sócios que representem a maioria do Capital Social, caso em que se aplicará o disposto na cláusula 19ª.

Cláusula 19ª – Os haveres do sócio retirante, interdito, falido, insolvente, impedido, ausente legal, excluído ou falecido, serão apurados com base em Balanço especialmente levantado para esse fim, pagável em 36 (trinta e seis) prestações mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juros de 6% (seis por cento) ao ano e de correção monetária equivalente à variação de índice geral de preços (conceito de disponibilidade interna) calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou índice similar que preserve o valor real da moeda vencendo a primeira 60 dias a contar do desligamento do sócio.

Parágrafo único - Os sócios remanescentes poderão, se assim o permitir a situação econômica financeira da Sociedade, estabelecer condições e prazos mais favoráveis que os previstos no parágrafo anterior, ao sócio retirante, interdito, falido, insolvente, impedido, ausente legal, excluído ou falecido.

Cláusula 20ª – Ocorrerá dissolução da Sociedade quando houver insuficiência de capital,



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/03/2025 Data dos Efeitos 21/03/2025

Arquivamento 20258598158 Protocolo 258598158 de 20/03/2025 NIRE 42205691590

Nome da empresa ORBENK SERVICOS DE SEGURANCA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 228046686401520

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2025 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

21/03/2025

impossibilidade de execução do objeto social, falta de pluralidade de sócios não reconstituída no prazo de 180 dias, nas hipóteses previstas na Lei ou por deliberação de sócios que representem 75% do Capital Social.

Parágrafo único – Determinada a dissolução, cumpre à Administração providenciar imediatamente a investidura do liquidante que poderá ser um dos sócios ou um terceiro, devidamente escolhido pelos sócios que representem mais da metade do Capital Social. Procedendo-se a liquidação da Sociedade, e uma vez saldado todo o passivo, o ativo restante será partilhado entre os sócios, proporcionalmente às suas participações no Capital Social.

Cláusula 21ª – O exercício social iniciar-se-á no dia 01 de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro do mesmo ano, devendo, o administrador, nesta ocasião, prestar contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração das demonstrações financeiras exigidas em lei, que não precisarão ser arquivadas perante o Registro do Comércio ou publicadas.

Parágrafo 1º - Do lucro apurado, depois de deduzida a provisão para o imposto de renda, o remanescente terá a destinação que for atribuída pelos sócios representando a maioria do Capital Social, em reunião que para tal finalidade deverão realizar. Ocorrendo prejuízos, serão compensados com resultados positivos futuros, com lucros acumulados, ou absorvidos pelo Capital Social, com sua consequente redução, nos termos da lei. Os sócios participarão nos resultados proporcionalmente a participação social de cada um.

Parágrafo 2º - Poderão os sócios deliberar a distribuição desproporcional dos lucros, desde que com a aprovação dos que tiverem suas participações nos lucros reduzidas em virtude da referida deliberação.

Parágrafo 3º - A Sociedade poderá levantar demonstrações financeiras intermediárias, proceder com a apuração contábil mensal de lucro e distribuir lucros apurados a qualquer tempo, observadas as limitações legais, e ainda distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reservas de lucros constantes do último balanço patrimonial.

Parágrafo 4º - Não poderão eventuais credores dos sócios, mesmo na hipótese de insuficiência de bens dos mesmos, fazer recair a execução sobre o que a estes couber nos lucros da Sociedade, ou na parte que lhe tocar em liquidação.

Cláusula 22ª – A Sociedade não terá Conselho Fiscal, sendo, portanto, vedada a sua instalação, sem prévia alteração do presente Contrato Social.

Cláusula 23ª – Nos casos omissos neste contrato, não serão aplicadas as disposições das Sociedades Simples, desta forma, a Sociedade se regerá pelos dispositivos referentes às Sociedades Limitadas, constantes na Lei 10.406 de 10.01.2002, e, subsidiariamente, no que for aplicável, pela Lei nº 6.404 de 15.12.1976 e pela Lei 7.102/83 – que dispõe sobre a segurança privada –, todas do conhecimento dos sócios, que a elas se sujeitam como se de cada uma se fizesse aqui especial menção.

Cláusula 24ª – O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade, nem está condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula 25ª – Fica eleito o foro da Comarca de Joinville – SC, para o exercício e o cumprimento dos



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/03/2025 Data dos Efeitos 21/03/2025

Arquivamento 20258598158 Protocolo 258598158 de 20/03/2025 NIRE 42205691590

Nome da empresa ORBENK SERVICOS DE SEGURANCA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 228046686401520

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2025 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

21/03/2025

direitos e obrigações resultantes deste contrato, bem como para a solução de quaisquer litígios que dele possam decorrer, renunciando a qualquer outro foro, por mais especial ou privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justos, assinam o presente instrumento para que produza seus efeitos legais.

Joinville/SC, 20 de Março 2025.

RONALDO BENKENDORF

Sócio Administrador

ORBENK PARTICIPAÇÕES LTDA

Representada por seu Administrador

Ronaldo Benkendorf



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

21/03/2025

Certifico o Registro em 21/03/2025 Data dos Efeitos 21/03/2025

Arquivamento 20258598158 Protocolo 258598158 de 20/03/2025 NIRE 42205691590

Nome da empresa ORBENK SERVICOS DE SEGURANCA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 228046686401520

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2025 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretario-Geral



258598158

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	ORBENK SERVICOS DE SEGURANCA LTDA
PROTOCOLO	258598158 - 20/03/2025
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42205691590
CNPJ 14.576.552/0001-57
CERTIFICO O REGISTRO EM 21/03/2025
SOB N: 20258598158

EVENTOS

024 - ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE ARQUIVAMENTO: 20258598158
051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20258598158

FILIAIS NA UF

NIRE 42901424441
CNPJ 14.576.552/0004-08
ENDERECO: R JOAO BAUER, ITAJAI - SC
EVENTO 024 - ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 75125684953 - RONALDO BENKENDORF - Assinado em 21/03/2025 às 10:33:11



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

21/03/2025

Certifico o Registro em 21/03/2025 Data dos Efeitos 21/03/2025

Arquivamento 20258598158 Protocolo 258598158 de 20/03/2025 NIRE 42205691590

Nome da empresa ORBENK SERVICOS DE SEGURANCA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 228046686401520

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2025 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretario-Geral



República Federativa do Brasil

ESTADO DE SANTA CATARINA - COMARCA DE JOINVILLE

2º TABELIONATO DE NOTAS E 3º DE PROTESTOS

MARCIO FLAVIO MAFRA LEAL - Tabelião

R. Dona Francisca, 363, Centro, Joinville/SC, 89.201-250

Fone: (47) 3422-6968

Livro 630

Folha 60 F

1º TRASLADO

PROCURAÇÃO AD NEGOTIA sob protocolo nº 101552 em data de 08/10/2024

PROCURAÇÃO PÚBLICA QUE FAZ: ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA e suas FILIAIS; na forma abaixo: - - - - -

Em oito de outubro de dois mil e vinte e quatro (08/10/2024), às 16h05min, em diligência na Rua Itajaí, nº 63, Centro, nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, perante mim funcionário deste Tabelionato de Notas, onde compareci a pedido da outorgante, a seguir designado para lavratura da presente PROCURAÇÃO PÚBLICA, conforme as cláusulas seguintes: I - **OUTORGANTES: ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.576.552/0001-57, com sede na Rua Dona Leopoldina, nº 38, Centro, nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina; **ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA (FILIAL)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.576.552/0002-38, com sede na Rua Chile, nº 1103, loja 01, andar térreo, bairro Prado Velho, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná; **ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA (FILIAL)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.576.552/0003-19, com sede na Avenida Paraná, nº 1533, bairro São Geraldo, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; **ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA (FILIAL)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.576.552/0004-08, com sede na Rua João Bauer, nº 498, sala 706, Centro, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina; neste ato representadas por seu diretor presidente **RONALDO BENKENDORF**, brasileiro, empresário, casado, nascido em vinte de janeiro do ano de um mil, novecentos e setenta e quatro (20/01/1974), portador da cédula de identidade nº 2.768.759, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 751.256.849-53, residente e domiciliado na Rua Otto Boehm, nº 152, apto 1402, Bairro América, nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina. II - **IDENTIDADE E CAPACIDADE**: as partes foram identificados por mim, ante a verificação dos documentos originais apresentados e capazes em face do presencialmente observado, do que DOU FÉ. III - **MANIFESTAÇÃO DE VONTADE**: pelas outorgantes, através de seu diretor presidente me foi dito que, por este público instrumento nomeiam e constituem seus **PROCURADORES: JOSÉ MIGUEL PUNDECK**, brasileiro, acessor comercial, casado, portador da cédula de identidade nº 1.156.870-0, expedida pela SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº 157.139.709-49; **SIMONE ROSY DO NASCIMENTO COSTA**, brasileira, advogada, casada, portadora da cédula de identidade profissional nº 43.503, expedida pela OAB/SC, inscrita no CPF sob o nº 033.017.469-00; **ANA PAULA DE SOUSA DA COSTA**, brasileira, assessora comercial, solteira, portadora da cédula de identidade nº 1.668.384, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 824.071.779-91; **DANIELE DE**

Esse documento foi assinado por SILVANA APARECIDA KURPEL. Documento impresso por meio mecânico. Qualquer emenda ou rasura, sem ressalva, será considerado indício de adulteração ou tentativa de fraude.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validar> **continua na próxima página...**

F2WL3-WYUAR-Z486V





República Federativa do Brasil

ESTADO DE SANTA CATARINA - COMARCA DE JOINVILLE

2º TABELIONATO DE NOTAS E 3º DE PROTESTOS

MARCIO FLAVIO MAFRA LEAL - Tabelião

R. Dona Francisca, 363, Centro, Joinville/SC, 89.201-250

Fone: (47) 3422-6968

Livro 630

Folha 60 V

1º TRASLADO

PROCURAÇÃO AD NEGOTIA sob protocolo nº 101552 em data de 08/10/2024

SENE PINHEIRO, brasileira, administradora, solteira, portadora da cédula de identidade profissional nº 15483, expedida pela CRA/SC, inscrita no CPF sob o nº 046.304.809-19; **RAFAEL RODRIGUES KREUSCH**, brasileiro, assessor comercial, casado, portador da cédula de identidade nº 4.151.147, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 059.114.149-37; **GIULIA VIEIRA GIANNINI**, brasileira, gerente comercial, casada, portadora da cédula de identidade nº 36.688.228-4, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 409.742.378-92.

IV - PODERES: aos quais confere poderes amplos gerais e ilimitados para a finalidade de **ISOLADAMENTE:** participar em licitações, retirar/impugnar editais, fazer vistorias ou visitas, apresentar documentação e propostas, assinar declarações exigidas nas licitações, participar de sessões públicas de habilitação e julgamento da documentação/propostas, assinar atas, registrar ocorrências, interpor recursos, renunciar direito de recursos, formular verbalmente novas propostas de preços, manifestar imediata e motivadamente a intenção de renunciar ou de recorrer, assinar atas, inclusive a com valor final dos lances e praticar/assinar/decidir sobre todos os demais atos e documentos pertinentes e que sejam indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato. À procuradora **GIULIA VIEIRA GIANNINI**, inclui poderes para representar a empresa no que trata a assinatura de carta de fiança, seguro-garantia, representar a empresa perante Bancos, Instituições Financeiras e Seguradoras, para fins de carta de fiança e seguro-garantia, bem como toda e qualquer modalidade de seguro em licitações e contratos públicos. À procuradora **SIMONE ROSY DO NASCIMENTO COSTA**, inclui poderes gerais para o foro inclusos na cláusula ad judicia et extra, especialmente para impetrar Mandado de Segurança contra ato de autoridades diversas, representação em ações cíveis em geral, recorrer, desistir, transigir e **substabelecer o presente**, no todo ou em parte. Às procuradoras **SIMONE ROSY DO NASCIMENTO COSTA** e **GIULIA VIEIRA GIANNINI** incluem poderes de **substabelecimento, assim como nomear e/ou constituir procuradores**. Fica reservado às outorgantes o uso simultâneo dos poderes ora conferidos. **V - DECLARAÇÕES FINAIS:** a) o presente instrumento **terá validade pelo prazo determinado de 02 (dois) anos;** b) os elementos de qualificação dos procuradores, bem como os demais dados relativos ao presente mandato foram fornecidos pelo outorgante que por eles se responsabiliza, isentando este Tabelião de quaisquer equívocos ou vícios, deles advindos, assumindo integral responsabilidade civil, criminal e/ou administrativa, inclusive contra terceiros e demais interessados, pelo cumprimento destas obrigações e exigências; c) o comparecente autoriza a consignação e o armazenamento de seus dados pessoais constantes na presente procuração, bem como, sua



República Federativa do Brasil

ESTADO DE SANTA CATARINA - COMARCA DE JOINVILLE

2º TABELIONATO DE NOTAS E 3º DE PROTESTOS

MARCIO FLAVIO MAFRA LEAL - Tabelião

R. Dona Francisca, 363, Centro, Joinville/SC, 89.201-250

Fone: (47) 3422-6968

Livro 630

Folha 61 F

1º TRASLADO

PROCURAÇÃO AD NEGOTIA sob protocolo nº 101552 em data de 08/10/2024

utilização em todos os demais atos e procedimentos decorrentes de sua lavratura, nos termos do Art. 7º, inciso I, c/c Art. 5º, inciso XII e XVI da Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018; **d)** todos os documentos apresentados foram devidamente digitalizados e arquivados nesta serventia, nos termos do artigo 265, do CNCGE/SC. Deslocamento/diligência cobrado no protocolo nº 101546. **NADA MAIS.** Assim convencionado, pediu que lhe lavrasse a presente, a qual foi lida em voz alta por mim, Escrevente Notarial, perante a parte, sendo que aceita, outorga e assina perante mim. Eu(a.) SILVANA APARECIDA KURPEL, Escrevente Notarial, a conferi e subscrevo. Emolumentos R\$ 71,71 + ISS R\$ 2,15 + FRJ R\$ 16,29 = Total R\$ 90,15. ASSINADOS: ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA e FILIAIS (Diretor (a)/ Presidente (a)) RONALDO BENKENDORF. "TRASLADADA EM SEGUIDA". Confere com o original no referido livro e folhas em meu poder e cartório, do que dou fé. Eu (as.) _____, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

Joinville/SC, 08 de outubro de 2024.

Em testº _____ da verdade.

SILVANA APARECIDA KURPEL
Escrevente Notarial

Destinação FRJ:
FUPESC: 24,42%;
OAB, Peritos e Assistência: até 24,42%;
FEMR/MPSC: 4,88%;
Ressarcimento de Atos Isentos e Ajuda de Custo: 26,73%;
TJSC: 19,55%;

Assinado digitalmente por:
SILVANA APARECIDA KURPEL
CPF: 039.657.859-40
Certificado emitido por AC SAFEWEB RFB v5
Data: 09/10/2024 14:12:39 -03:00





República Federativa do Brasil

ESTADO DE SANTA CATARINA - COMARCA DE JOINVILLE

2º TABELIONATO DE NOTAS E 3º DE PROTESTOS

MARCIO FLAVIO MAFRA LEAL - Tabelião

R. Dona Francisca, 363, Centro, Joinville/SC, 89.201-250

Fone: (47) 3422-6968

Livro **630**
Folha **61 V**

1º TRASLADO

PROCURAÇÃO AD NEGOTIA sob protocolo nº **101552** em data de **08/10/2024**



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: F9Z74-F2WL3-WYUAR-Z486V

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ SILVANA APARECIDA KURPEL (CPF 039.657.859-40) em 09/10/2024 14:12

Para verificar as assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código de validação ou siga o link a abaixo:

<https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/F9Z74-F2WL3-WYUAR-Z486V>

SUBSTABELECIMENTO

SIMONE ROSY DO NASCIMENTO COSTA, brasileira, casada, advogada legalmente inscrita na OAB/SC sob o número 43.503, através do presente, substabelece, COM RESERVAS, os poderes outorgados por **ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **14.576.552/0001-57**, em favor de **ALINE DA SILVA NORONHA**, brasileira, solteira, advogada legalmente inscrita na OAB/SC sob o nº 28.268, **CHRISTIANE KLEIN FEDUMENTI**, brasileira, divorciada, advogada legalmente inscrita na OAB/SC nº 15.522; **CLÁUDIA MARIA DE OLIVEIRA MARQUES**, brasileira, divorciada, advogada, legalmente inscrita na OAB/SC sob nº 31.116, **ELAINE INÁCIO MEDEIROS WOLF**, brasileira, divorciada, advogada legalmente inscrita na OAB/SC sob o nº 27.865; **HARRIETT CIOCHETTA DE MELLO**, brasileira, solteira, advogada, legalmente inscrita na OAB/RS sob o nº 86.052; **LIZ MARA GALASTRI**, brasileira, casada, advogada legalmente inscrita na OAB/SC nº 12.315, **JULIANA MACHADO ZIMATH**, brasileira, solteira, advogada legalmente inscrita na OAB/SC sob nº 33.179; **ANA RAFAELA SOARES DE BORBA**, brasileira, solteira, advogada legalmente inscrita na OAB/Sc sob nº 35.112; **RAFAELA DA SILVA GRANDE**, brasileira, divorciada, advogada, legalmente inscrita na OAB/SC sob o nº 30.522, **GABRIELA CRISTINE FERNANDES**, brasileira, casada, advogada, legalmente inscrita na OAB/SC sob o nº 54.580, **GUILHERME LUIZ KUHN**, brasileiro, solteiro, advogado, legalmente inscrito na OAB/PR sob o nº 114.974; **ANDRESSA DE MELLO GARMUS**, brasileira, solteira, advogada, legalmente inscrita na OAB/SC sob o nº 61550.

Dessarte, ressalta que toda e qualquer intimação ou publicação deve ser realizada, exclusivamente, em nome da advogada **SIMONE ROSY DO NASCIMENTO COSTA**, brasileira, casada, advogada legalmente inscrita na OAB/SC sob o número 43.503.

Joinville/SC, 04 de agosto de 2025.

SIMONE ROSY DO
NASCIMENTO
COSTA:03301746900

Digitally signed by SIMONE
ROSY DO NASCIMENTO
COSTA:03301746900
Date: 2025.08.04 15:35:08 -03'00'

SIMONE ROSY DO NASCIMENTO COSTA
OAB/SC 43.503